



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - DOIS MIL E DEZESSETE

Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Superior, realizada no dia treze de janeiro de dois mil e dezessete, com início às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões do décimo sexto andar.

1 Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, com início às dez horas e trinta minutos,
2 na sala de reuniões do décimo sexto andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na
3 Rua Cruz Machado, número cinquenta e oito, realizou-se a **PRIMEIRA REUNIÃO**
4 **EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO**
5 **PARANÁ**, com a presença dos Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do Conselho Dr.
6 Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza, Subdefensor Público-Geral Dr. Deziderio Machado
7 Lima, Corregedora-Geral Dra. Vania Maria Forlin e Ouvidor-Geral Gerson da Silva. Presentes
8 também os Excelentíssimos Membros Titulares: Dra. Andreza Lima de Menezes, Dr. Erick Le
9 Palazzi Ferreira, Dr. Henrique Camargo Cardoso, Dra. Monia Regina Damião Serafim e Dr.
10 Nicholas Moura e Silva. Da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná –
11 ADEPAR, presente a Dra. Lívia Martins Salomão Brodbeck. **EXPEDIENTE – I)**
12 Cumprimentando a todos o Presidente abriu a sessão, fez a conferência do quórum e instalou a
13 reunião. **II) – Sem apresentação de Ata para assinatura. III).** Informado as distribuições feitas a
14 Dra. Vania e Andreza, sendo relativas a consulta sobre nova Vara na Comarca de Cascavel e
15 apresentação de elogios a membros que compuseram Banca Examinadora. **IV) – Sem inscitos no**
16 **momento aberto. A-** Presente na sessão o Defensor Público Dr. Ricardo Menezes pediu a palavra,
17 que foi concedida pelo Presidente. O Defensor falou sobre a decisão do Tribunal de Contas do
18 Estado do Paraná- TCE/PR no Recurso de Revista, bem como as consequências e decisões
19 necessárias pela Administração Superior neste momento. Falou também que expôs seu
20 entendimento em conversa que teve com a Defensoria e Subdefensoria Geral sobre as designações
21 aos ofícios e a produtividade. Observou que a designação é feita com base nos ofícios, que foram
22 cridos após vários estudos, mas o pagamento é com base na designação e se o ofício existe e há
23 Defensor lotado, há direito ao pagamento, mas se não há volume de trabalho é caso de sansão
24 disciplinar e este papel de verificação cabe a Corregedoria-Geral. Se colocou a disposição do
25 conselho e agradeceu a abertura. O DR. Henrique ratificou a posição do Dr. Ricardo em relação e
26 necessidade de acompanhar a produtividade. Aberto para os informes o Dr. Henrique falou sobre
27 o sistema carcerário, que enfrenta difícil momento, onde a Defensoria deve atuar fortemente e
28 opinou que deve ser criado com brevidade o Núcleo da Execução Penal e que fará o
29 encaminhamento desse tema para análise do Conselho Superior. A Dra. Monia reiterou a
30 necessidade a falou sobre as dificuldades que os Defensores Públicos encontram na área. Ressaltou
31 também a necessidade da criação no Núcleo da infância e juventude. O Dr. Erick falou sobre as
32 situações de violações de direitos humanos dentro dos presídios e a Dra. Andreza também se
33 manifestou sobre o tema, principalmente sobre as interdições de cadeias que vem ocorrendo. O



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

34 Ouvidor ressaltou que a experiência da criação dos dois núcleos existentes demonstra que facilita
35 muito a atuação dos demais Defensores, ou seja, mesmo com o afastamento do coordenador das
36 suas atribuições ordinárias, há ganho para toda sociedade. Destacou a atuação do Núcleo de
37 Direitos Humanos em relação à população de rua que, com a participação da Ouvidoria, tem feito
38 rondas na cidade para verificar se há violações dos Direitos Humanos pois consta nas mídias que
39 está em curso um processo de higienização da cidade, o que pode afetar aos moradores de rua.
40 Aproveitou a presença de vários Defensores acompanhando a sessão para pedir a participação
41 neste trabalho. Em seguimento, sobre o atendimento, o Dr. Henrique opinou que o Presidente da
42 Comissão dos critérios de atendimento participe da próxima sessão para informar os andamentos
43 dos estudos. Todos concordaram. **B)** A sessão contém três itens em pauta, que são: **UM-** Sorteio
44 dos Membros que comporão a Comissão de Estágio Probatório - CEPRO. **DOIS** – Distribuição
45 dos nomes dos Membros a serem avaliados pela CEPRO. **TRES-** Decisão do Tribunal de Contas
46 do Estado no Acordão cinquenta e sete dezesseis de dois mil e dezesseis - análise das Deliberações.
47 **UM e DOIS:** Foi decidido por unanimidade que Membros que já foram ou são avaliadores de
48 estágio probatório não participarão deste sorteio. O sorteio foi realizado pela Presidência, retirando
49 os nomes de envelope fechado, e o resultado foi na seguinte ordem dos avaliadores e membros e
50 serem avaliados: Gilson Rogério Duarte de Oliveira – como Presidente. **FLORA VAZ**
51 **CARDOSO PINHEIRO:** Samylla de Oliveira Julião, Maísa Dias Pimenta, Thiago Magalhães
52 Machado, Guilherme Ferreira Quintas Alves. **CLAUDIA DA CRUZ SIMAS DE REZENDE** -
53 Luciana Tramujas Azevedo Bueno, Rafael de Matos Souto, Olenka Lins e Silva Martins Rocha e
54 Gabriel Fiel Lutz. **GUILHERME FREDERICO DE SOUZA PANZENHAGEN** - Mariana
55 Gonzaga Amorim, Ana Caroline Teixeira, Patrícia dos Remédios de Carvalho Moreira e Thatiane
56 Barbieri Chiapetti. **CARLOS AUGUSTO SILVA MOREIRA LIMA** - Bruno Müller Silva,
57 Amanda Zanarelli Merighe, Lígia Rosental Buarque de Gusmão e Vitor Eduardo Tavares de
58 Oliveira. **GUILHERME MONIZ BARRETO DE ARAGÃO DAQUER FILHO** - Mariela
59 Moni Marins, Maria Fernanda Ghannage Barbosa, Leonardo Alvite Canella e Cecília Nascimento
60 Ferreira. **EVANDRO ROCHA SATIRO** - Luiza Northfleet Przybylski, Eliana Tavares Paes
61 Lopes, Tiago Bertão de Moraes e Ana Carolina Souza Oliveira Lanzillotta. **ANDRÉ RIBEIRO**
62 **GIAMBERARDINO** - Daniel Alves Pereira, Lucas Matheus Molina, Gabriela Lopes Pinto Julio
63 Cesar Duailibe Salem Filho. **FABIOLA PARREIRA CAMELO** - Renata Miranda Duarte, Pietra
64 Carolina Previante, Jeniffer Beltramin Scheffer e Pedro Henrique Antunes Motta Gomes. **TRES:**
65 O Dr. Sérgio fez a leitura do acordão cinquenta e sete dezesseis de dois mil e dezesseis do Tribunal
66 de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR e informou que traz o assunto para sessão a fim de
67 ouvir o colegiado. O Dr. Dezdério falou da necessidade de ouvir os conselheiros sobre as
68 Deliberações de dois mil e quinze que foram suspensas e é preciso decidir sobre a anulação, tendo
69 em vista o julgamento citado. O Dr. Nicholas opinou que quanto as Deliberações consideradas
70 legais, entende que o Conselho já pode discutir sobre qual instrumento necessário para instituir e,
71 quanto as consideradas ilegais, informar as medidas que serão tomadas. O Subdefensor opinou por
72 anular desde já as consideradas ilegais e que não foram objeto de oposição dos embargos. Aberta
73 votação, nenhum conselheiro acompanhou. Ficou decidido aguardar o trânsito em julgado de todo
74 o julgado. A Dra. Lívia observou que a compreensão que há é de que a Lei cria a verba como
75 indenizatória e o TCE/PR diz que é remuneratória. Perguntou se a Administração questionará
76 judicialmente. O Presidente informou que entende que sim. Presente na sessão o Defensor Público



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

77 Dr. Saulo Henrique pediu a palavra, que foi concedida pela Presidência. O Defensor cumprimentou
78 a todos e informou que fará algumas ponderações sobre algumas dúvidas do Colegiado. Relatou
79 que o direito administrativo, como regra, não admite revogação de ato administrativo vinculado.
80 Observou que a revogação é para quando há juízo de oportunidade e conveniência, notadamente
81 inerentes aos atos discricionários. Também relatou sua impressão primeiro de que houve a
82 obrigação de suspender os efeitos financeiros das Deliberações e agora de que há obrigação de
83 cumprir a decisão do TCE/PR. Em seguimento, houve votação quanto à anulação da Deliberação
84 quinze de dois mil e quatorze, no que toca aos efeitos sobre as Deliberações três e seis de dois mil
85 e treze e dez de dois mil e quatorze. Todos votaram positivamente. O Dr. Dezidério apresentou o
86 calendário das sessões para o primeiro semestre e ficou decidido que as reuniões serão em dez e
87 dezessete de fevereiro, dez e dezessete de março, sete e quatorze de abril, cinco, doze e vinte e seis
88 de maio e nove e vinte e três de junho. **C) - O encerramento da Sessão:** A presidência encerrou
89 a reunião ao meio dia e meia e para constar, eu, Roseni Barboza S. Possani, Secretária do Conselho
90 Superior, lavrei a presente ata que, se aprovada, vai assinada por mim _____, pelo
91 Presidente e por todos os presentes. Curitiba, treze de janeiro de dois mil e dezessete.

Sérgio Roberto R. Parigot de Souza

Dezidério Machado Lima

Vania Maria Forlin

Gerson da Silva

Andreza Lima de Menezes

Erick Le Palazzi Ferreira

Henrique Camargo Cardoso

Monia Regina Damião Serafim

Nicholas Moura e Silva

Lívia Martins Salomão Brodbeck